PERNADEIRO E VALE DE ASNO

CASTRO MARIM | TAVIRA | VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS-INCÊNDIO



PERNADEIRO E VALE DE ASNO

CASTRO MARIM | TAVIRA | VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS-INCÊNDIO

Edição | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Elaboração | Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Algarve e Divisão de Gestão do Programa de Fogos Rurais

Fotografia capa | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Data edição | 3 de setembro de 2021

O presente documento encontra-se disponível em www.icnf.pt

ÍNDICE

1 Introdução 3

2 Caraterização da área percorrida pelos incêndios 5

2.1 Limites administrativos 5

2.2 Orografia e declives 6

2.3 Rede Hidrográfica 6

2.4 Uso do solo e ocupação florestal 6

2.5 Regime cinegético 7

2.6 Ordenamento e Gestão Florestal e Áreas Classificadas 8

2.7 Organizações de produtores florestais 8

2.8 Rede viária florestal 9

2.9 Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível 9

2.10 Histórico de incêndios 9

2.11 Recorrência de incêndios 9

2.12 Perigosidade 10

2.13 Severidade 10

3 Medidas para estabilização de emergência 11

4 Medidas para Operacionalizar a Intervenção na área ardida 18

4.1 Promoção de AIGP – Área Integradas de Gestão da Paisagem 18

4.2 Modelo – Contrato Programa com Associações locais para a implementação da recuperação da área ardida 19

4.3 Medias e estratégias de intervenção para o território 19

5 ANEXOS 21

ANEXO I – Mapas 21

ANEXO II - Organizações de produtores florestais e Associações de Desenvolvimento Local . 32

ANEXO III - Principal legislação e regulamentação aplicável 33

1 INTRODUÇÃO

No mês de agosto de 2021, entre os dias 16 e 17, ocorreu um incêndio florestal de grande dimensão, que teve o seu início em Pernadeiro e afetou 6630 hectares nos concelhos de Castro Marim, Vila Real de Santo António e Tavira, no distrito de Faro. Tendo em conta a proximidade de um outro incêndio de cerca de 100 ha iniciado no dia 22 de maio na localidade de Vale de Asno no concelho de Vila Real de Santo António, optou-se por incluí-lo no presente relatório.

Atendendo ao forte impacte na paisagem, no funcionamento dos ecossistemas e nas atividades humanas, que em grande medida se baseiam no setor primário e no turismo, nos termos da legislação em vigor é justificada a elaboração de um relatório de estabilização de emergência.

O fogo é um fator ecológico desde sempre presente nos ecossistemas ibéricos e um poderoso modelador da paisagem. Neste contexto, entende-se como *recuperação de áreas ardidas*,

> "As atividades realizadas com vista a garantir que as áreas ardidas venham a assegurar os fluxos de bens e serviços necessários à manutenção das condições ecológicas dos espaços afetados e das condições socioeconómicas das populações envolventes".

A recuperação abrange duas dimensões, a *biofísica* e a *socioeconómica*, sendo que no âmbito da primeira componente são usualmente distinguidas 4 fases no processo de recuperação de uma área ardida, as quais por vezes podem ser simultâneas:

- 1.ª **Avaliação dos efeitos do incêndio**, incluindo todas as ações no âmbito da delimitação e caracterização do problema, nomeadamente no que respeita à cartografia da área afetada, grau de severidade do incêndio, identificação dos danos imediatos e de longo prazo e dos impactes socioeconómicos. Muitas vezes esta fase inicia-se ainda durante a ocorrência do incêndio e termina nas semanas imediatas;
- 2.ª **Estabilização de emergência**, na qual se executam as ações, no *muito curto prazo* (nas semanas seguintes), no âmbito da proteção das bacias hidrográficas e do solo e, por exemplo, das medidas de emergência para a salvaguarda da vegetação e da fauna com especial valor de conservação e com impacte na segurança das infraestruturas. Pretende-se aqui reconhecer eventuais ameaças iminentes à vida e segurança humanas, às propriedades e bens e a recursos naturais ou culturais relevantes e executar ações imediatas, tecnicamente ajustadas, para a eliminação ou mitigação dos riscos identificados;
- 3.ª **Reabilitação**, envolvendo sobretudo atividade a executar no *curto e médio prazos* no âmbito da proteção das bacias hidrográficas, do solo, da recuperação de salvados e da vegetação e da fauna (incluindo a cinegética), muitas associadas à monitorização da resposta dos ecossistemas e às medidas corretivas que dela derivem, no prazo de 2-3 anos após o incêndio;
- 4.ª **Recuperação de longo prazo**, com todas as ações de planeamento e intervenção que assegurem a recuperação sustentável das áreas ardidas no *longo e muito longo prazos*, desenvolvidas normalmente após 2-3 anos depois da ocorrência do incêndio. Para este efeito existem várias medidas de política florestal que visam garantir um adequado enquadramento institucional e gestionário, de que se salientam as zonas de intervenção florestal (ZIF) e as áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP).

O presente relatório visa dar resposta às necessidades de intervenção de emergência, cobrindo principalmente os pontos 1 a 3 acima referidos, dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, e no Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro, e bem assim às resoluções do Conselho de Ministros n.^{os} 45-A/2020, de 16 de junho, e 71-A/2021, de 8 de junho (Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais).

Considerando a existência de instrumentos de apoio a situações de emergência, nomeadamente os referidos na Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio, da Operação 8.1.4. "Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos" no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural PDR 2020, procedeu-se à elaboração do presente relatório onde são identificadas as intervenções necessárias à estabilização de emergência dos ecossistemas afetados e à remoção do material ardido, para que posteriormente se proceda à recuperação do potencial produtivo, tendo em vista a reposição e sustentabilidade dos valores ecológicos afetados. Está prevista para setembro de 2021 a abertura de concurso à Medida 8.1.4. (http://www.pdr-2020.pt/Centro-de-informacao/Noticias/Plano-de-abertura-de-novos-concursos-para-2021)

Assim, pretende este relatório enquadrar a situação ocorrida e simultaneamente, perspetivá-lo como fundamento para execução de medidas de estabilização de emergência passíveis de serem executadas.

2 CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELOS INCÊNDIOS

A área conjunta percorrida pelos incêndios de **Pernadeiro** e **Vale de Asno** localiza-se na região sul de Portugal Continental, entre as latitudes 37º 10' 23''N e 37º 18' 27''N e longitudes 07º 31' 28''W e 07º 36' 56''W. A área está inserida nas regiões NUTS II e NUTS III Algarve, na zona vulgarmente designada de Sotavento Algarvio, em área de transição do interior para o litoral. A área percorrida pelo incêndio de Vale de Asno confina com a extremidade sudeste da área percorrida pelo incêndio de Pernadeiro.

O alerta do incêndio de **Pernadeiro** foi dado no dia **16-08-2021** à 01h05, sendo dado como extinto no dia seguinte, **17-08-2021,** pelas 20h30, contabilizando um total de área ardida de **6630 hectares**, entre floresta (1035 ha), matos e pastagens (4855 ha) e áreas agrícolas (616 ha). Este incêndio foi registado na plataforma SGIF com o código de ocorrência **AG1211287** e o código ANEPC **2021080035488**.

O alerta do incêndio de **Vale de Asno** foi dado no dia **22-05-2021** às 15h50, sendo dado como extinto no próprio dia, pelas 22h00, contabilizando um total de área ardida de **100 hectares**, composta maioritariamente por povoamentos florestais de pinheiro-manso e alfarrobeira. Este incêndio foi registado na plataforma SGIF com o código de ocorrência **AG121869** e o código **ANEPC 2021080019212**.

A delimitação dos perímetros dos incêndios para efeitos de análise cartográfica teve por base as imagens do Satélite Sentinel-2

2.1 Limites administrativos

A área geográfica do incêndio incide em 3 concelhos: Castro Marim, Tavira e Vila Real de Santo António no distrito de Faro. De referir que o concelho de Vila Real de Santo António foi, proporcionalmente à área total, o mais afetado, com 31% do seu território queimado, de seguida o concelho de Castro Marim com 6% e o concelho de Tavira com 5%.

A distribuição pelos concelhos e freguesias é a seguinte:

Distrito	Concelho	Freguesia	Área da unidade administrativa (ha)	Área ardida (ha)	% de área ardida
Faro	Castro Marim	**Total concelho**	**30084**	**1856**	**6%**
		Azinhal	6816	819	12%
		Castro Marim	7935	158	2%
		Odeleite	14224	821	6%
		Altura	1110	57	5%
	Tavira	**Total concelho**	**60697**	**2951**	**5%**
		Conceição e Cabanas de Tavira	6944	2926	42%
		Tavira (Santa Maria e Santiago)	14799	25	0%
	Vila Real de Santo António	**Total concelho**	**6125**	**1922**	**31%**
		Vila Nova de Cacela	4603	1922	42%
TOTAL GERAL				**6 730**	

No anexo I, mapas 1 e 2, pode visualizar-se a expansão geográfica do incêndio.

2.2 Orografia e declives

A altitude da área queimada pelo incêndio de Pernadeiro e Vale de Asno varia entre os 50 e 350 m, constituindo um relevo ondulado, caracterizado por uma certa monotonia das formas, com vários pontos cotados que ultrapassam os 300 m. Apresenta ondulações de baixa altitude, estando os pontos mais elevados localizados no concelho de Tavira, perto do local de Ebros, o vértice geodésicos de Águeda 2º (340 m) e Ursa (293 m), próximo do lugar da Carrapateira, ambos alcançados pelo incêndio, a noroeste da área ardida.

Na sua progressão de norte para sul, uma boa parte da sua extensão predominam os xistos argilosos, grauvaques e arenitos, terminando numa depressão periférica associada a baixas terras arenosas. Ver mapas 3 e 4.

2.3 Rede Hidrográfica

A área afetada apresenta pequenos relevos, e com vales muito suaves-em termos edáficos a sua grande maioria pertence à ordem dos solos incipientes (essencialmente litossolos que possuem como características principais serem solos delgados, pobres em termos nutricionais e fortemente sujeitos a erosão).

As águas da chuva alimentam pequenas ribeiras que, na altura de chuvas mais intensas, alargam o seu leito, muito pela água trazida das serras ao longo de pequenos ribeiros e/ou de puxada do lençol freático. A erosão do tipo fluvial dá origem a ravinas, localmente chamada de barrancos. No entanto uma boa parte das linhas de água não ocorre como cursos de água permanentes, possuindo apenas escorrência temporária, aquando de episódios de forte pluviosidade, podendo apresentar assim caudais torrenciais.

O incêndio está dividido praticamente entre as bacias hidrográfica do rio Guadiana e do Sotavento, sendo que a progressão do incêndio tem início na sub-bacia da ribeira de Beliche, que abrange em parte os concelhos de Castro Marim e Tavira. Parte do incêndio desenvolve-se na bacia hidrográfica do Rio Guadiana, nomeadamente nas sub-bacias de Ribeira de Beliche, Albufeira de Beliche e Ribeira do Rio Seco, enquanto a outra parte progride pela bacia hidrográfica do Sotavento, nomeadamente na sub-bacia da ribeira de Almargem. No anexo I, mapa 5, pode visualizar-se a distribuição da área ardida pelas sub-bacias hidrográficas.

2.4 Uso do solo e ocupação florestal

Na área percorrida pelos incêndios dominam os matos e as pastagens. As ocupações florestais representam 16% da totalidade da área, com predominância de povoamentos de pinheiro-manso e de azinheira.

Uso do solo e ocupação florestal (IFN6)

Uso do solo	Ocupação florestal	Área parcial (ha)	Área total (ha)
Floresta	Pinheiro-manso	594	1089
	Azinheira	297	
	Alfarrobeira	49	
	Sobreiro	49	
	Outras folhosas	49	
	Eucaliptos	25	
	Acácias	25	
Matos			3142
Pastagens			1732
Agricultura			619
Outros usos do solo			148
TOTAL			

No anexo I, mapa 6, pode visualizar-se a distribuição do uso do solo e da ocupação florestal da área ardida. O mapa apresentado tem como base a COS 2018 (DGT), por ser a única cartografia de ocupação do solo disponível, alertando-se para o facto de algumas classes surgirem sobre-representadas, face à utilização de critérios distintos nos dois sistemas de avaliação do uso do solo.

2.5 Regime cinegético

Do total de área ardida, cerca de 5640 hectares encontram-se sujeitos ao regime cinegético ordenado.

Zonas de Caça afetadas

Concelho	Zona de Caça (ZC)	N.º Processo	Tipo	Área ardida por ZC e Concelho (ha)	Área da ZC no concelho (ha)	% da ZC ardida no concelho
Castro Marim	ZCA Altamora	2589	Associativa	414,5	1410,53	29%
	ZCA Bemparece	2646	Associativa	23,0	23,64	97%
	ZCA Cintados	2347	Associativa	334,5	447,7	75%
	ZCA Corte Antonio Martins	2801	Associativa	55,7	56,72	98%
	ZCA Corte Gago	2590	Associativa	592,7	2010	29%
	ZCA Rio Seco	2588	Associativa	140,4	1529,57	9%
	ZCM da Barragem Do Beliche	6654	Municipal	10,1	539,24	2%
	ZCM dos Matarroanos	3469	Municipal	40,4	97,69	41%
Tavira	ZCA Bemparece	2646	Associativa	919,7	1137,77	81%
	ZCA Cintados	2347	Associativa	29,1	550,44	5%
	ZCA Conceição De Tavira	4696	Associativa	410,4	668,09	61%
	ZCA de Alvisquer	4150	Associativa	35,3	262,17	13%
	ZCA dos Castelos	3526	Associativa	577,2	657,91	88%
	ZCA Estorninhos	2641	Associativa	554,3	1214,99	46%
	ZCM Morgado Da Serra	4494	Municipal	3,4	230,19	1%
	ZCA Corte Antonio Martins	2801	Associativa	812,5	973,38	83%

Vila Real de Stº António	ZCA da Ribeira Da Gafa	3573	Associativa	88,1	196,27	45%
	ZCA do Cortigo	5254	Associativa	96,9	171,28	57%
	ZCA dos Castelos	3526	Associativa	1,8	1,93	94%
	ZCA Rio Seco	2588	Associativa	1,9	4,53	43%
	ZCM da Barragem Do Beliche	6654	Municipal	7,6	24,49	31%
	ZCM das Sesmarias	5266	Municipal	182,9	203,65	90%
	ZCM dos Matarroanos	3469	Municipal	306,6	992,87	31%

2.6 Ordenamento e Gestão Florestal e Áreas Classificadas

No que respeita ao ordenamento e gestão florestal, dentro do perímetro de incêndio é de salientar a inexistência de projetos de arborização e de rearborização submetidos no âmbito do RJAAR para, de zonas de intervenção florestal, de AIGP (Áreas Integradas de Gestão da Paisagem), ou de terrenos integrados em áreas protegidas ou em Rede Natura 2000.

O incêndio de Pernadeiro afetou 257 hectares do Perímetro Florestal de Conceição de Tavira, dum total de 457 hectares, correspondendo a 56% da área desta unidade de gestão florestal.

A área ardida pelo incêndio está inserida na área de abrangência do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF ALG), aprovado pela Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro. Este documento estratégico apresenta nas suas componentes, orientações genéricas para a recuperação de áreas percorridas por incêndio.

Quanto às sub-regiões homogéneas, o incêndio integra área pertencente às sub-regiões Nordeste e Litoral, com a distribuição apresentada no quadro seguinte:

Distribuição por sub-região homogénea PROF

Sub-região homogénea	Área total (Ha)	Área ardida (Ha)	% SRH Afetada	% do incêndio
Nordeste	96 304,63	6027	6,3	90
Litoral	78 694,43	703	0,9	10

Os corredores ecológicos, também definidos pelo PROF ALG, têm como objetivo o favorecimento do intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, incluindo uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas e representam uma orientação macro e tendencial para a região. O incêndio em análise também atingiu área de corredor ecológico, no seu quadrante norte, na envolvente do seu ponto de início. Foram afetado 875 hectares de corredor ecológico, o que representa 13 % da área ardida total.

2.7 Organizações de produtores florestais

Uma parte relevante do sucesso de recuperação não só da área queimada neste incêndio, mas de toda a região envolvente, passará pelo aproveitamento integral de todas as componentes da "bioeconomia" disponíveis, incluindo a madeira, a biomassa e outros produtos silvestres, ou o recreio e o turismo em espaço rural, para o que será necessário assegurar uma intervenção tempestiva e com escala num território de regime quase exclusivamente privado.

No anexo II, pode visualizar-se o quadro das organizações de produtores florestais e associações de desenvolvimento local cujo território de intervenção abrange a área ardida.

2.8 Rede viária florestal

Tendo por base a classificação constante nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios dos municípios em causa, verifica-se que rede viária florestal apresenta de um modo geral uma grande densidade. Relativamente à rede viária florestal de 1.ª ordem dentro da área afetada pelos incêndios, verifica-se um total de 74,7 km; quanto à rede viária florestal de 2.ª ordem afetada, tem uma extensão de 23,8 km, constituída sobretudo estradões florestais e estradas municipais de ligação a diferentes aglomerados populacionais, incluindo algumas estradas e caminhos florestais; a rede viária florestal de 3.ª ordem desenvolve-se por 85,3 km, na sua maioria trilhos.

Neste relatório são identificados pontos críticos de estabilização de emergência, que resultaram do cruzamento da rede viária florestal com linhas de água, a fim de uma posterior beneficiação de caminhos, em caso de desagregação da sua estrutura, ou regularização das estruturas hidráulicas, sempre que necessário.

No anexo I, mapa 1 e 2, pode visualizar-se a distribuição da rede viária florestal, bem como a sua interação com as linhas de água principais.

2.9 Rede primária de faixas de gestão de combustível

A Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível, implementada estrategicamente no território com um enquadramento regional, visa a criação de áreas com condições favoráveis ao combate a grandes incêndios. Da análise cartográfica extraísse-se que, o incêndio em análise abrangeu 93,5 hectares de área de Rede Primária de Faixa de Gestão de Combustível planeada, dos quais 1 hectare no incêndio de Vale de Asno (alicerçada na A22) e 92,5 hectares no incêndio de Pernadeiro (junto ao limite inferior da sub-bacia da Ribeira de Beliche (mapa 5 do anexo I).

2.10 Histórico de incêndios

A área referente aos incêndios de Pernadeiro e Vale de Asno, já havia sido atingida por um outro grande incêndio em 2004, apresentando evoluções semelhantes, muito por influência da localização do ponto de início, das condições atmosféricas e da orografia, para além da carga combustível existente. Este incêndio de 2004, também atingiu áreas dos concelhos de Castro Marim, Tavira e Vila Real de Santo António contabilizando uma área afetada de 10 628 hectares. No anexo I, mapa 7, pode visualizar-se o histórico de incêndios (1975-2020) na envolvente da área ardida.

2.11 Recorrência de incêndios

Confrontando a recorrência de incêndios no período de 1975-2020, verifica-se que a quase globalidade da área afetada pelos incêndios de Pernadeiro e Vale de Asno foram percorridas por incêndio, pelo menos uma vez durante o período de análise. A área mais fustigada por incêndios corresponde a uma recorrência de 3 vezes ardida, localizada numa das áreas de maior severidade e declive.

No anexo I, mapa 8, pode visualizar-se a recorrência de incêndios (1975-2020) na envolvente da área ardida.

2.12 Perigosidade

A análise da carta de perigosidade anual de 2021 (Mapa 9) evidência que a área percorrida pelo incêndio está predominantemente localizada numa zona de perigosidade muito alta. Inclusivamente, a área estava classificada como um território com potencial para gerar grandes incêndios (TPGI), uma vez que conjuga a perigosidade muito alta numa área contígua extensa (mais de 500 hectares) e que não ardia há mais de 10 anos.

2.13 Severidade

O conceito de severidade, utilizado no contexto do presente Relatório, representa a magnitude de alteração causada pela passagem do fogo nos diversos componentes do ecossistema, de abrangência tridimensional acima e abaixo do solo. A severidade traduz a interação de distintos fatores como o tipo de vegetação e a sua combustibilidade, a topografia, a intensidade e duração do fogo, entre outros, manifestando-se em severidades distintas ao longo da área ardida (baseado em: Incêndios Florestais, avaliação, efeitos e medidas corretivas, Luís Loures e outros, 2014).

A severidade do fogo foi estimada com recurso ao índice RdNBR (*Relative differenced Normalized Burn Ratio*), com base nas imagens Sentinel-2A de 9 de agosto 2021 e 19 de agosto 2021, utilizando os limiares das classes de severidade de Botella-Martínez y Fernández-Manso (3 classes) e a adaptação feita pela CTI no relatório de análise aos incêndios de Pedrógão e Góis, onde foi feita a subdivisão da classe alta em alta, muito alta e extrema. Desta forma representa, essencialmente, um índice de avaliação da vegetação e o seu grau de afetação com a passagem do fogo.

No anexo I, mapa 10, pode visualizar-se a severidade do fogo na área ardida

As áreas de maior severidade do fogo coincidem, em grande parte, com manchas de matos, principalmente as áreas de maior declive que se distribuem pela sub-bacia d Ribeira de Beliche (a norte) e a sub-bacia da Ria Formosa (a sul).

3 MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Considerando o 4º Eixo Estratégico constante no Plano de Ação dos PMDFCI dos Municípios afetados, procedeu-se à sua análise sumária para adoção das medidas aí previstas.

CASTRO MARIM (2017-2026)

Apresenta as metodologias de avaliação, ações a implementar, os procedimentos e as entidades responsáveis para as fases de estabilização de emergência e de reabilitação de povoamentos e habitats florestais, nomeadamente:

Estabilização de emergência:

- Controlo da erosão;
- Controlo do risco fitossanitário após incêndio;

Os procedimentos para a implementação das ações previstas passam pela definição das áreas prioritárias de intervenção, sem cartografia associada, identificação das ações a implementar, dos responsáveis e dos recursos necessários, sua execução e fiscalização. As entidades responsáveis são o Município de Castro Marim, que poderá assumir a coordenação das ações, em conjunto com o ICNF, a APA e os gestores e proprietários das áreas afetadas.

Reabilitação de povoamentos e habitats florestais:

É apresentado um quadro de critérios de intervenção na recuperação de áreas ardidas, baseados no aproveitamento da regeneração natural e / ou rearborização artificial. São responsáveis pelas ações descritas anteriormente todos os detentores de prédios rústicos percorridos por incêndios florestais, as entidades gestoras das ZIF e também o município de Castro Marim.

O PMDFCI de Castro Marim não apresenta cartografia específica para áreas ardidas.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO (2021-2030)

O 4º eixo estratégico, Recuperar e Reabilitar os ecossistemas, apresenta os procedimentos de avaliação em caso da ocorrência de incêndio rural.

Identifica-se cartografia genérica com zonas potenciais de estabilização de emergência, baseada nos declives, hidrografia e rede viária e as zonas com necessidades de reabilitação de povoamentos e habitats florestais, atendendo à ocorrência de áreas protegidas, perímetros florestais e área de floresta. Apresenta também o planeamento das ações previstas para estabilização de emergência e reabilitação de povoamentos e habitats florestais, contendo a definição de responsabilidades (proprietários, ICNF e CMVRSA) e a participação de outros agentes em cada uma das ações identificadas.

TAVIRA (2018-2027)

Apresenta, no 4º eixo estratégico, os procedimentos de avaliação instituídos em caso de ocorrência de incêndio, Identificando cartografia com zonas potenciais de estabilização de emergência, com base na perda potencial de solo e na vulnerabilidade das espécies florestais. Inclui cartografia das áreas com necessidade de reabilitação de povoamentos e habitats florestais, tendo em conta as áreas protegidas e áreas florestais do concelho. Define o planeamento das ações para este eixo estratégico, por tipologia de Estabilização de emergência e Reabilitação de povoamentos e habitats florestais, com a indicação das responsabilidades e participação em cada ação.

Estabilização de emergência, objetivos:

- Conservação da água e do solo;
- Manutenção da rede viária florestal e das passagens hidráulicas;
- Recolha do arvoredo danificado;

Reabilitação de povoamentos e habitats florestais, objetivos:

- Reabilitação de povoamentos e habitats florestais;
- Proteção da regeneração natural e controlo das espécies invasoras;
- Manutenção da resiliência dos espaços florestais;
- Conservação do património edificado;

Partindo da análise dos PMDFCI, a avaliação das necessidades foi efetuada inicialmente em gabinete, tendo sido utilizada uma metodologia expedita de identificação de zonas com maior potencial de erosão/dano. A metodologia assenta na análise combinada de vários fatores, nomeadamente a severidade de incêndio, declives, ocupação do solo, áreas com estatuto de proteção, linhas de água, rede viária e pontos de água.

Esta análise de gabinete serviu de base para uma validação de terreno efetuada por técnicos do ICNF e das autarquias locais, que permitiu aferir com mais rigor as áreas e infraestruturas com necessidades de intervenção.

Em seguida, apresentam-se as fichas de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio (operações com escala territorial relevante, segundo o estipulado no Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro), estratificadas por concelho, que se encontram estruturadas em quatro tipologias de intervenção:

- Recuperação de infraestruturas afetadas;
- Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas;
- Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água;
- Diminuição da perda de biodiversidade.

Constituem prioridades gerais de intervenção na estabilização de emergência:

1. Proteção de pessoas e das infraestruturas sociais (rede viária, habitações e aglomerados urbanos, equipamentos de atividade económica, etc.);
2. Proteção dos recursos naturais em locais específicos:
    - Zonas de maior declive com severidade elevada ou muito elevada, sem armação de terreno;
    - Zonas com alterações de perfil do solo devidas às operações de combate (aceiros abertos segundo a linha de maior declive, linhas corta-fogo aprofundadas até ao solo mineral).
    - Cursos de água obstruídos.

As ações a desenvolver são identificadas de seguida, assim como se apresenta um custo unitário de referência para a execução das mesmas:

1. Recuperação de infraestruturas afetadas:
    - Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC, 750 €/hectare;
    - Substituição de sinalização danificada de caça e pesca, 5 €/unidade;
    - Substituição de sinalética danificada, 100 €/unidade;
    - Recuperação e tratamento de rede viária, 925 €/km;
2. Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas:
    - Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos / florestais, 600 €/hectare;
    - Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros, 650 €/hectare;
    - Abertura de regos segundo a curva de nível, 200 €/hectare;
3. Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água:
    - Regularização do regime hidrológico das linhas de água 2 000 €/hectare;
    - Obras de correção torrencial de pequena dimensão, 3 000 €/unidade;
    - Intervenções complementares de regularização do regime hidrológico das linhas de água, nomeadamente instalação de vegetação ripícola 1 950 €/hectare;
4. Diminuição da perda de biodiversidade:
    - Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem, 50 €/unidade;
    - Controlo de espécies invasoras lenhosas, 900 €/hectare;

A existência de diversas operações com custos unitários superiores aos valores de referência adotados em anos transatos por normativos do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 fundamentam-se essencialmente pela existência de condições de trabalho que promovem o aumento dos custos e pela experiência de procedimentos anteriores nos quais a reduzida oferta de prestadores de serviços especializados e o volume de trabalho expectável (relativamente reduzido em alguns casos) determinou a não execução de intervenções de estabilização de emergência na região.

Ficha: GLOBAL

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21º)

1- Incêndio (mapa do incêndio)

Id: 2021_002

Área (ha)	6 730	Data Inicio	22/05/2021
Concelho(s)	CASTRO MARIM; TAVIRA; VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	Data Fim	17/08/2021
Distrito(s)	FARO	NUTS III	ALGARVE

2 - Parcelas de intervenção

Área (ha)	6 730
Freguesia(s)	Altura; Azinhal; Castro Marim; Conceição e Cabanas de Tavira; Odeleite; Tavira (Santa Maria e Santiago); Vila Nova de Cacela
Concelho(s)	CASTRO MARIM; TAVIRA; VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Elemento fisiográfico do terreno

Encostas	x
Linhas de água	x
Rede viária	x
Redes DFCI	x
Outro	x

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor unitário(€)**	**Valor total (€)**	
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	36,05	750,00 €	27 038,57 €	(mapa)
Recuperação de pontos de água	n.º	0	0,00 €	0,00 €	
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	n.º	69	5,00 €	345,00 €	
Substituição de sinalização danificada	n.º	137	100,00 €	13 700,00 €	
Recuperação e tratamento de rede viária	km	45,41	925,00 €	42 001,03 €	(mapa)
			Subtotal:	**83 084,60 €**	
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas					
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	372,05	600,00 €	223 227,53 €	(mapa)
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	317,26	650,00 €	206 219,73 €	(mapa)
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	9,41	200,00 €	1 882,71 €	(mapa)
			Subtotal:	**431 329,97 €**	
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água					
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	17,22	2 000,00 €	34 431,78 €	(mapa)
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	6	3 000,00 €	18 000,00 €	(mapa)
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas de água, nomeadamente instalação de vegetação ripicola	hectare	17,22	1 950,00 €	33 570,99 €	(mapa)
			Subtotal:	**86 002,77 €**	
Diminuição da perda de biodiversidade					
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	n.º	203	50,00 €	10 150,00 €	
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €	
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	50,00	900,00 €	45 000,00 €	(mapa)
			Subtotal:	**55 150,00 €**	
			Total:	**655 567,34 €**	

4- Observações:

Ficha: CASTRO MARIM

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21º)

1- Incêndio

Área (ha)	1 856	Data Inicio	22/05/2021
Concelho	CASTRO MARIM	Data Fim	17/08/2021
Distrito	FARO	NUTS III	ALGARVE

2 - Parcelas de intervenção

Área (ha)	1 856
Freguesia(s)	Azinhal. Castro Marim. Odeleite. Altura
Concelho	CASTRO MARIM

Elemento fisiográfico do terreno

Encostas	x
Linhas de água	x
Rede viária	x
Redes DFCI	x
Outro	x

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor unitário (€)**	**Valor total (€)**
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	20,49	750,00 €	15 370,65 €
Recuperação de pontos de água	n.º	0	0,00 €	0,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	n.º	19	5,00 €	95,00 €
Substituição de sinalização danificada	n.º	38	100,00 €	3 800,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	6,36	925,00 €	5 884,48 €
			Subtotal:	**25 150,13 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	119,04	600,00 €	71 422,24 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	111,14	650,00 €	72 241,35 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	2,68	200,00 €	536,10 €
			Subtotal:	**144 199,69 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	2,96	2 000,00 €	5 926,13 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	0	0,00 €	0,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas de água, nomeadamente instalação de vegetação ripicola	hectare	2,96	1 950,00 €	5 777,98 €
			Subtotal:	**11 704,11 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	n.º	56	50,00 €	2 800,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,00	250,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**2 800,00 €**
			Total:	**183 853,93 €**

4- Observações:

Ficha: TAVIRA

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21º)

1- Incêndio

Área (ha)	2 951	Data Inicio	22/05/2021
Concelho	TAVIRA	Data Fim	17/08/2021
Distrito	FARO	NUTS III	ALGARVE

2 - Parcelas de intervenção

Área (ha)	2 951
Freguesia(s)	Tavira (Santa Maria e Santiago). Conceição e Cabanas de Tavira
Concelho	TAVIRA

Elemento fisiográfico do terreno

Encostas	x
Linhas de água	x
Rede viária	x
Redes DFCI	x
Outro	x

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor unitário (€)**	**Valor total (€)**
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	15,56	750,00 €	11 667,92 €
Recuperação de pontos de água	n.º	0	0,00 €	0,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	n.º	30	5,00 €	150,00 €
Substituição de sinalização danificada	n.º	60	100,00 €	6 000,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	20,71	925,00 €	19 160,36 €
			Subtotal:	**36 978,28 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	212,39	600,00 €	127 432,39 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	161,32	650,00 €	104 858,19 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	0,26	200,00 €	52,65 €
			Subtotal:	**232 343,23 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	9,10	2 000,00 €	18 198,51 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	2	3 000,00 €	6 000,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas de água, nomeadamente instalação de vegetação ripicola	hectare	9,10	1 950,00 €	17 743,54 €
			Subtotal:	**41 942,05 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	n.º	89	50,00 €	4 450,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,00	250,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	50,00	900,00 €	45 000,00 €
			Subtotal:	**49 450,00 €**
			Total:	**360 713,56 €**

4- Observações:

Ficha: VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21º)

1- Incêndio

Área (ha)	1 922	Data Inicio	22/05/2021
Concelho	VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	Data Fim	17/08/2021
Distrito	FARO	NUTS III	ALGARVE

2 - Parcelas de intervenção

Área (ha)	1 922
Freguesia(s)	Vila Nova de Cacela
Concelho	VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Elemento fisiográfico do terreno

Encostas	x
Linhas de água	x
Rede viária	x
Redes DFCI	x
Outro	x

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor unitário (€)**	**Valor total (€)**
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Recuperação de pontos de água	n.º	0	0,00 €	0,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	n.º	20	5,00 €	100,00 €
Substituição de sinalização danificada	n.º	39	100,00 €	3 900,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	18,33	925,00 €	16 956,19 €
			Subtotal:	**20 956,19 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	40,62	600,00 €	24 372,90 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	44,80	650,00 €	29 120,19 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	6,47	200,00 €	1 293,97 €
			Subtotal:	**54 787,05 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	5,15	2 000,00 €	10 307,15 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	4	3 000,00 €	12 000,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas de água, nomeadamente instalação de vegetação ripicola	hectare	5,15	1 950,00 €	10 049,47 €
			Subtotal:	**32 356,61 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	n.º	58	50,00 €	2 900,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,00	250,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**2 900,00 €**
			Total:	**110 999,85 €**

4- Observações:

4 MEDIDAS PARA OPERACIONALIZAR A INTERVENÇÃO NA ÁREA ARDIDA

Ainda decorria o incêndio e o ICNF já refletia sobre um modelo diferenciado para atuar na recuperação desta área ardida, procurando perceber o que em situações do passado haviam falhado, promovendo entre os seus técnicos uma discussão interna para sugerir uma atuação diferenciada.

Neste processo entendeu alargar a discussão na procura do contributo de todas as entidades, solicitou por correio-electrónico aos Gabinetes Técnicos Florestais dos 3 Municípios afetados a indicação das zonas cuja intervenção era mais urgente, bem como os maiores problemas que identificariam neste território.

No decurso da elaboração deste relatório decorreu uma reunião (19/08/2021) com os autarcas locais, de forma a promover o seu envolvimento e a definição de objetivos e metas comuns.



Foi também realizada uma visita de campo com técnicos do ICNF e da Agência Portuguesa do Ambiente – Administração da Região Hidrográfica do Algarve, de modo a avaliar danos e potenciais impactos decorrentes do incêndio nas linhas de água, escoamento hídrico e barragens e ribeiras a jusante.

Deste trabalho e para desenvolvimento subsequente estão em aberto vários modelos que se irão trabalhar:

4.1 Promoção de AIGP – Área Integradas de Gestão da Paisagem

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, aprovou o Programa de Transformação da Paisagem (PTP), constituindo as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) uma medida programática de intervenção deste. As AIGP têm como finalidade a

promoção da gestão e exploração comum dos espaços agroflorestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio.

O Decreto-lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho aprovou o Regime jurídico da reconversão da paisagem, permitindo a reconversão da paisagem através de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) e de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP). O âmbito territorial de aplicação deste regime possibilita a constituição de AIGP em áreas percorridas por incêndios de área igual ou superior a 500 ha (n.º 5 do artigo 2º), cabendo ao ICNF a iniciativa de constituição de AIGP com este enquadramento (n.º 3 do artigo 13º). Em alternativa e, considerando o exposto no n.º 4 do artigo 13º que sugere sempre o envolvimento das autarquias locais, atendendo à constituição preferencial no âmbito dos PRGP, podem as AIGP ser constituídas nos territórios vulneráveis identificados pela Portaria n.º 301/2020, de 24 de Dezembro, estando apenas as freguesias de Tavira (União de Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira e União de Freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago)) listadas como freguesia vulnerável. Esta classificação possibilita que a iniciativa de constituição de uma AIGP (com a área mínima de 100 hectares) possa emergir das autarquias locais, organizações de produtores florestais e agrícolas, cooperativas, associações locais, entidades gestoras de baldios e organismos de investimento coletivo.

4.2 Modelo – Contrato programa com Associações locais para a implementação da recuperação da área ardida

Este modelo consiste em estabelecer com uma ou várias entidades locais um contrato programa, com a definição das metas e encargos, que permita uma intervenção na área ardida na medida das necessidades sentidas pelos proprietários.

Pretende-se assim corrigir situações do passado, para que os proprietários afetados possam ter maior apoio na concretização dos seus projetos, também com um gabinete dedicado que facilite o tratamento dos processos administrativos do acesso às medidas de apoio.

4.3 Medidas e estratégias de intervenção para o território

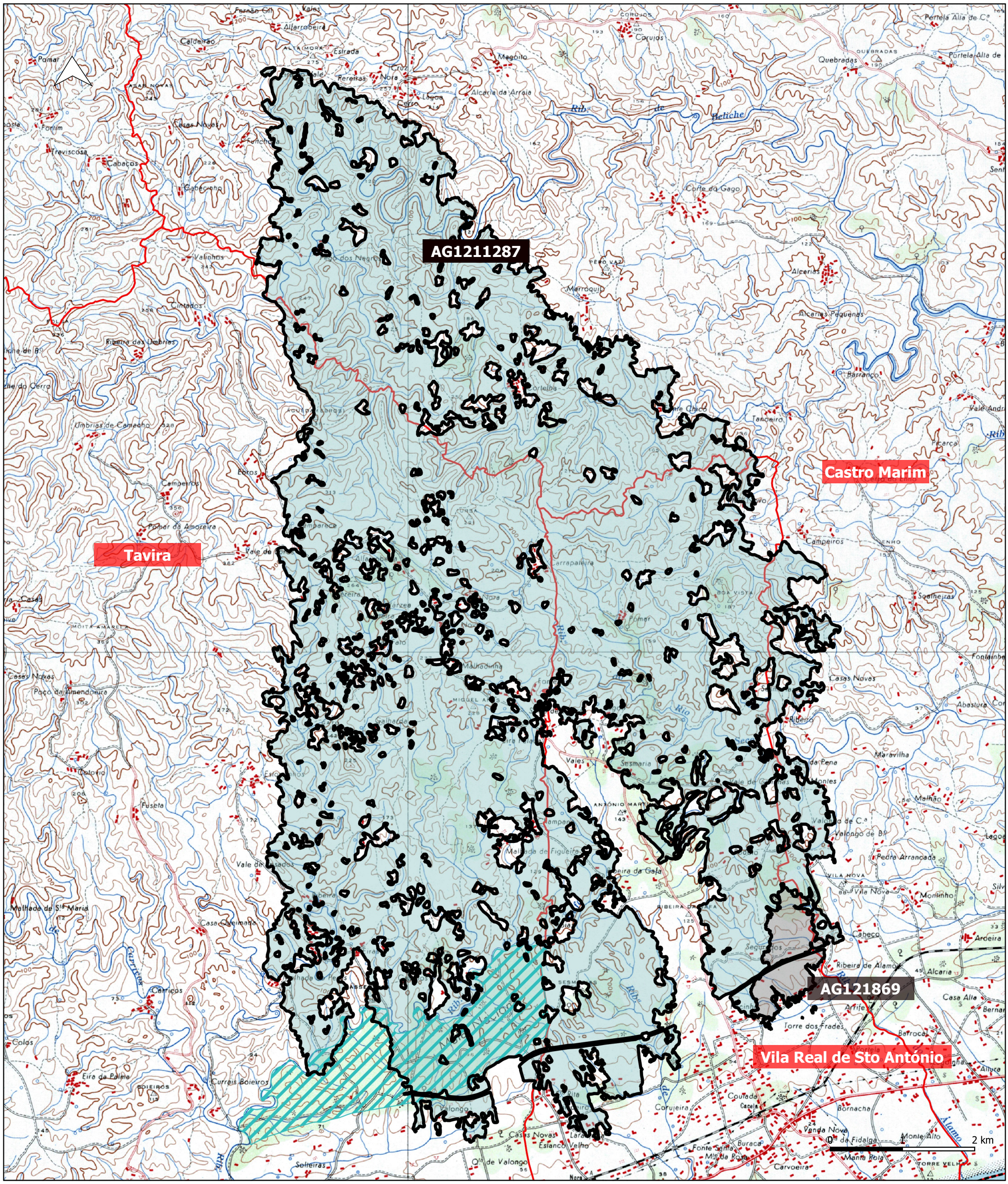
Tendo em conta a discussão alargada com entidades e facilitadores deste território indica-se um conjunto de ideias/propostas a promover neste território:

- Elevado risco de desertificação humana e física, são necessárias ações que ajudem a fixar as populações e que apresentem soluções para a adaptação as alterações climáticas: promoção e apoio ações de florestação, promoção de energias verdes, maior aproveitamento dos hortejos nas linhas de água principais, aproveitamento de pequenas produções de maior valor acrescentado (amêndoa de sequeiro, alfarroba, figo, mel, queijos e carne de espécies autóctones);
- Necessário um programa de maior retenção das águas no inverno, promoção de construção de pequenas charcas e obras hidráulicas nas linhas de água principais para a retenção de águas pluviais;

- Maior incremento da silvopastorícia;
- Interesse na promoção de antigas e, quase desaparecidas da serra algarvia, das produções tradicionais de sequeiro: amendoal, olival, alfarrobal e figo.
- Aproveitamento de exposições sul, menos propensas a vegetação com pequenas unidades de produção elétrica solar, que promovam e financiem outras atividades locais sem viabilidade económica.
- Maior incremento e fomento da atividade cinegética, reconhecendo o papel dos caçadores como dos raros atores de alteração e de desenvolvimento de ações neste território já muito abandonado.
- Desenvolvimento turístico na promoção de percursos pedestres em diferentes zonas deste território.

5 ANEXOS

ANEXO I – Mapas



Legenda

- Perímetro incêndio
- Perímetro Florestal de Conceição de Tavira
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Pernadeiro e Vale de Asno (16-08-2021)
Carta de enquadramento
(Série Cartográfica 1:50000)

Fonte: ICNF e DGT	Esc:1:50 000
Data: 20 de agosto 2021	**01-A3**

0 1 2 km

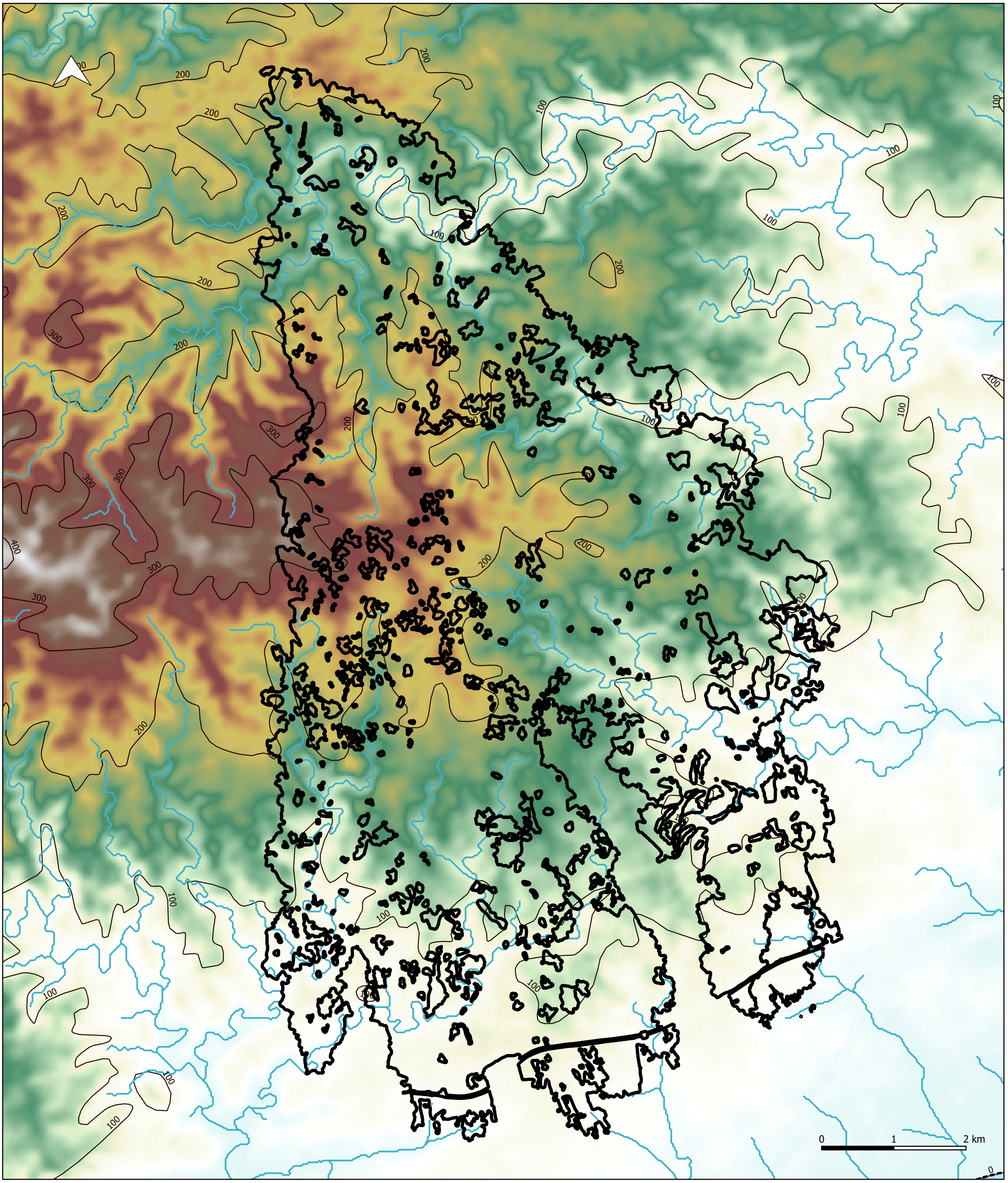
Legenda

- Perímetro incêndio
- Rede viária (OSM)
- Linhas de água
- Concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Pernadeiro e Vale de Asno (16-08-2021)
Carta de enquadramento sobre ortofotomapa

Fonte: ICNF	Esc:1:50 000
Data: 20 de agosto 2021	**02-A3**



Legenda

Modelo Digital de Terreno

10m

400m

Curvas de nível (100m)

Linhas de água

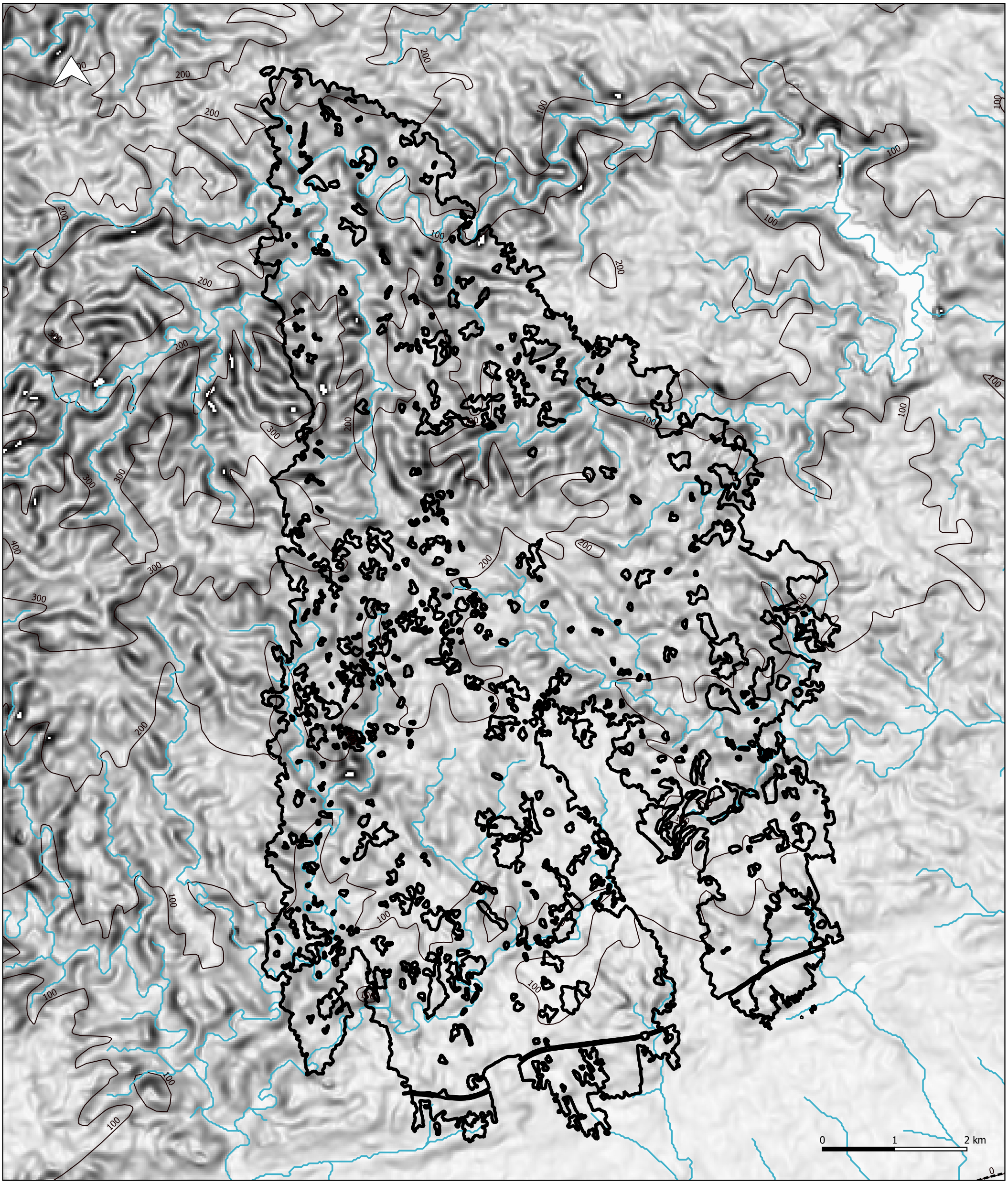
Perímetro incêndio

Altimetria da Shuttle Radar Topography Mission (SRTM) disponibilizada pelo serviço United States Geological Survey (USGS) e tratada para Portugal pelo Prof. José Alberto Gonçalves.

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Pernadeiro e Vale de Asno (16-08-2021)
Carta altimétrica

Fonte: ICNF	Esc:1:50 000
Data: 20 de agosto 2021	**03-A3**



Legenda

Declives (%)

- 0
- 5
- 10
- 15
- 20
- 25
- 30
- 35
- 40
- 45
- 50

Curvas de nível (100m)

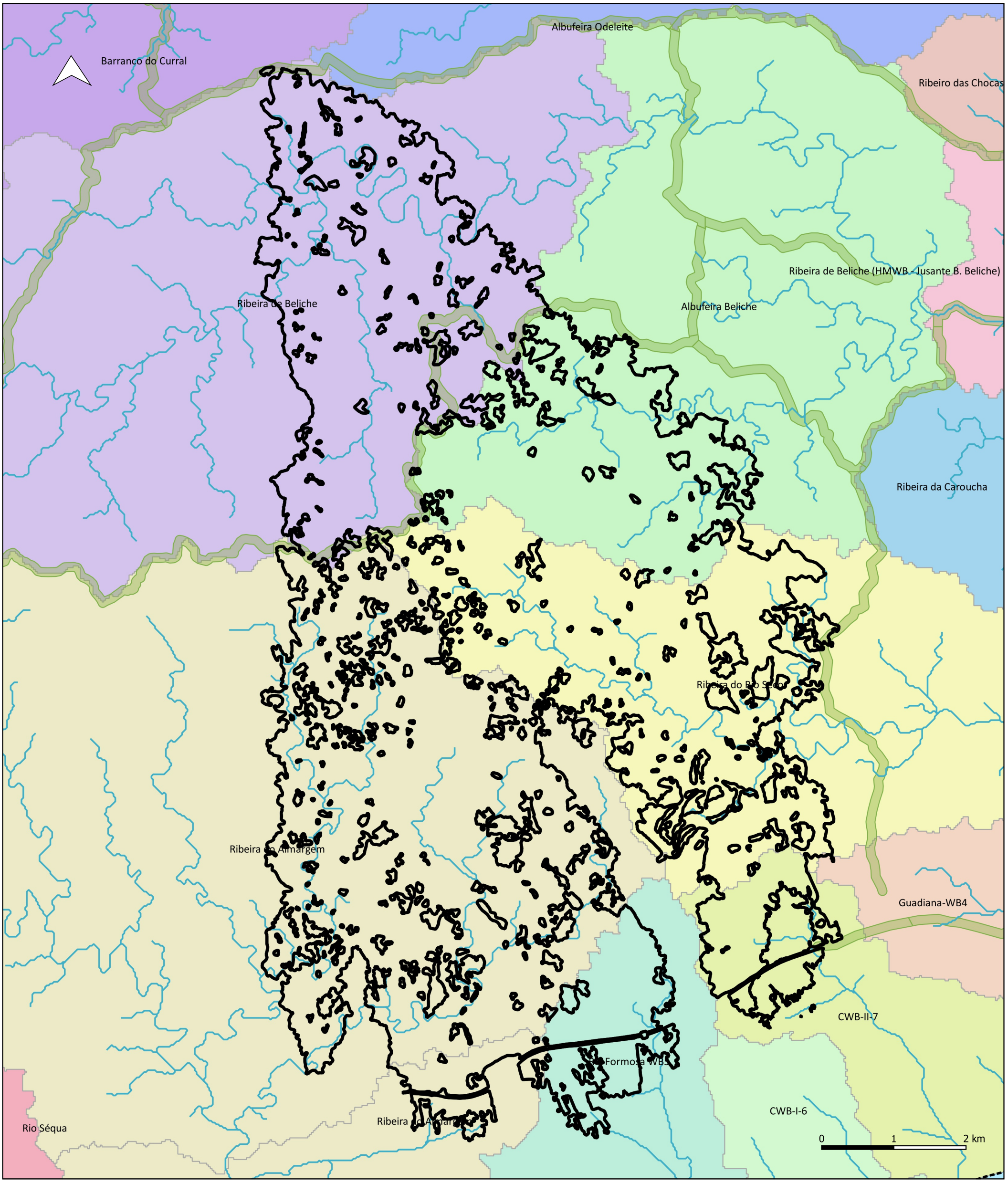
Linhas de água

Perímetro incêndio

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Pernadeiro e Vale de Asno (16-08-2021)
Carta de declive

Fonte: Dados derivados ICNF (EEA)	Esc:1:50 000
Data: 20 de agosto 2021	**04-A3**



Legenda

Sub-bacias hidrográficas

- Albufeira Beliche
- Albufeira Odeleite
- Barranco do Curral
- CWB-I-6
- CWB-II-7
- Guadiana-WB4
- Ria Formosa WB5
- Ribeira da Caroucha
- Ribeira de Beliche
- Ribeira de Beliche (HMWB - Jusante B. Beliche)
- Ribeira do Almargem
- Ribeira do Rio Seco
- Ribeiro das Chocas
- Rio Séqua

Linhas de água — RPFGC planeada — Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Pernadeiro e Vale de Asno (16-08-2021)
Carta de sub-bacias e RPFGC planeada

Fonte: ICNF	Esc:1:50 000
Data: 20 de agosto 2021	**05-A3**

0 1 2 km

Legenda

- Agrícola
- Eucalipto
- Matos
- Pastagens
- Pinheiro-bravo
- Pinheiro-manso
- Sobreiro
- Urbano
- Limite do incêndio

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Pernadeiro e Vale de Asno (16-08-2021)
Carta de ocupação do solo (COS2018)

Fonte: DGT	Esc:1:50 000
Data: 20 de agosto 2021	**06-A3**

0 1 2 km

Legenda

1985	1997	2017	
1986	1998	2019	
1987	2000	Perímetro incêndio	
1988	2001	Limite de concelho	
1995	2003		
1996	2004		

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Pernadeiro e Vale de Asno (16-08-2021)
Histórico de incêndio (1975-2019)

Fonte: ICNF	Esc:1:50 000
Data: 20 de agosto 2021	**07-A3**

0 1 2 km

Legenda

Recorrência de incêndio (1975-2019)
- 1
- 2
- 3
- 4

Perímetro incêndio

Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Pernadeiro e Vale de Asno (16-08-2021)
Carta de recorrência de incêndio (1975-2020)

Fonte: ICNF	Esc:1:50 000
Data: 20 de agosto 2021	**08-A3**

0 1 2 km

Legenda

Perigosidade Conjuntural 2021

- Nula
- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Alta
- Muito alta

Áreas com potencial para grandes incêndios

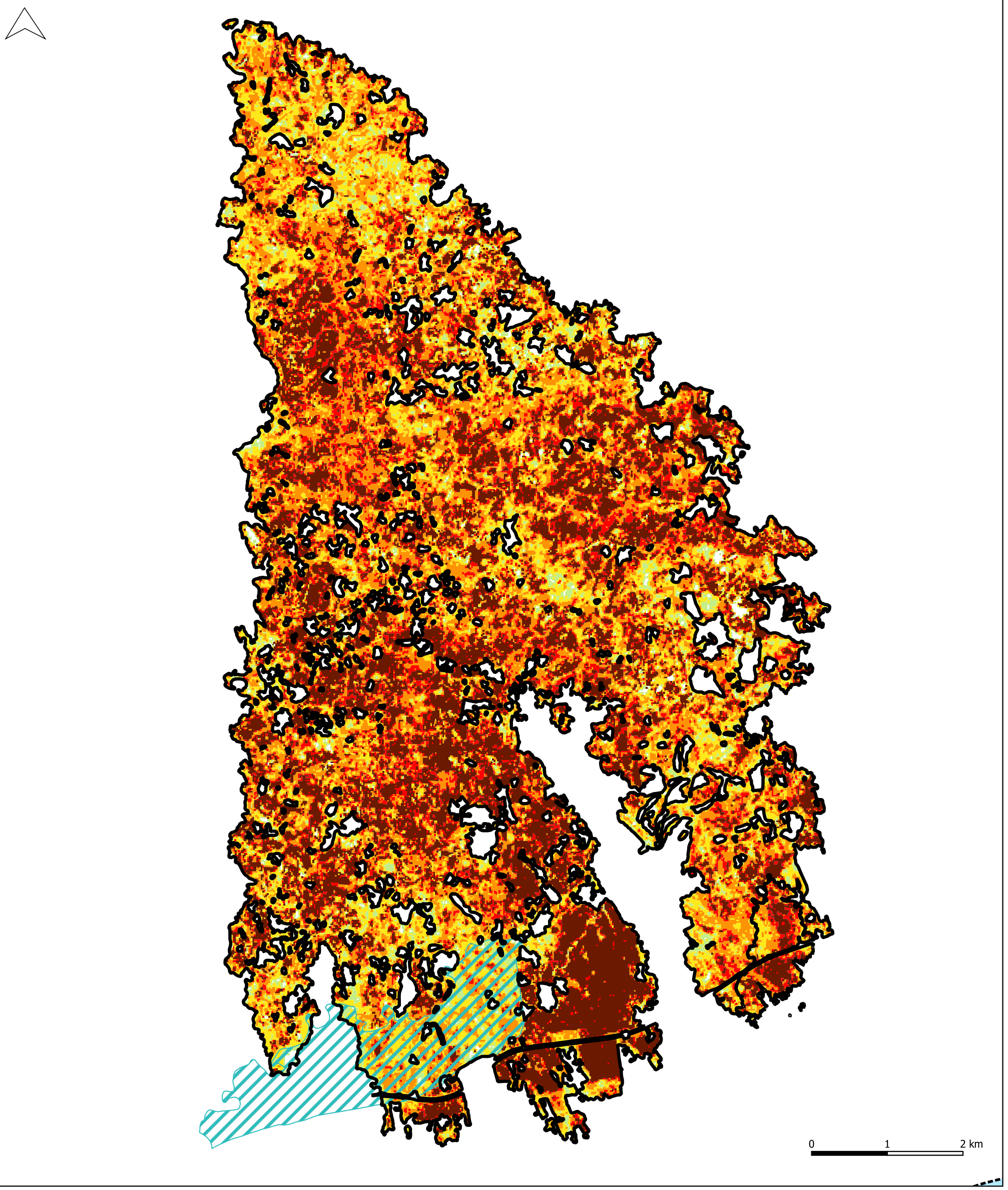
Perímetro incêndio

Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Pernadeiro e Vale de Asno (16-08-2021)
Carta de perigosidade de incêndio 2021

Fonte: ICNF	Esc:1:50 000
Data: 20 de agosto 2021	**09-A3**



Legenda

Severidade de incêndio - RdNBR (Sentinel2-1C)

- Severidade muito reduzida
- Severidade reduzida
- Severidade média
- Severidade elevada
- Severidade muito elevada

- Perímetro Florestal de Conceição de Tavira
- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

RdNBR utilizando os limiares das classes de severidade de Botella-Martínez y Fernández-Manso (3 classes) e a adaptação feita pela CTI no relatório de análise aos incêndios de Pedrógão e Góis, com a subdivisão da classe alta em alta, muito alta e extrema.

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Pernadeiro e Vale de Asno (16-08-2021)
Carta de severidade de incêndio (RdNBR)

Fonte: ICNF	Esc:1:50 000
Data: 20 de agosto 2021	**11-A3**

ANEXO II - Organizações de produtores florestais e Associações de Desenvolvimento Local

Designação	N.º Registo	Tipo	Área de intervenção	Morada	e-mail
Cumeadas-Associação de Proprietários Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana	**26**	**M**	Alcoutim – todas as freguesias; Castro Marim – freguesias Odeleite e Castro Marim	Pereiro 8970-307 Alcoutim	cumeadas@gmail.com

(1) N – Nacional R – Regional M – Municipal C – Complementar

Designação	Tipologia / Objeto Social	Morada	e-mail
Odiana – Associação para o desenvolvimento do Baixo Guadiana	Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do Baixo Guadiana	Rua 25 de Abril, nº 1, Apartado 21, 8950-909 Castro Marim	geral@odiana.pt
Associação Terras do Baixo Guadiana	ADL - Associação de Desenvolvimento Local	Rua de Timor - Centro de Apoio ao Desenvolvimento. R/C Dtº 8970-064 Alcoutim	geral@atbaixoguadiana.pt

ANEXO III - Principal legislação e regulamentação aplicável

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro	Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do **Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios**. Define o âmbito da **recuperação de áreas ardidas** (art.º 3.º, n.º 1, al. *x)*) e a obrigatoriedade da incorporação de medidas de recuperação no PNDFCI e no restante planeamento de DFCI (art.º 8 e art.º 11.º). No seu artigo 36.º estabelece normas relativas à remoção de materiais queimados numa faixa mínima de 25 m para cada lado das faixas de circulação rodoviária e relativas às ações de estabilização de emergência.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro	**Estratégia Nacional para as Florestas** (primeira atualização da Estratégia aprovada pela RCM n.º 114/2006, de 15 de setembro). A recuperação das áreas ardidas é abordada no âmbito da desertificação, do fomento do associativismo (ZIF) e da política de DFCI. Nos objetivos estratégicos definidos surge o "**A.9 – Recuperar e reabilitar os ecossistemas florestais afetados**", para o qual na Matriz Estratégica são definidos vários objetivos específicos e operacionais, incluindo-se nestes últimos: - Avaliar os incêndios com áreas superiores a 500ha tendo em vista a ponderação da recuperação de emergência; - Apoiar intervenções de restabelecimento de emergência após incêndio, com base nos relatórios produzidos pelo ICNF; - Recuperar povoamentos florestais em regeneração após incêndio.
Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio Portaria n.º 394/2015, de 3 de novembro Portaria n.º 233/2016, de 29 de agosto Portaria n.º 249/2016, de 15 de setembro Portaria n.º 15-C/2018, de 12 de janeiro Portaria n.º 46/2018, de 12 de fevereiro Portaria n.º 105-A/2018, de 18 de abril Portaria n.º 111-A/2018, de 27 de abril Portaria n.º 237-B/2018, de 28 de agosto Declaração de Retificação n.º 30/2018, de 6 de setembro Portaria n.º 303/2018, de 26 de novembro Portaria n.º 42-B/2019, de 30 de janeiro Portaria n.º 48/2019, de 7 de fevereiro	Estabelece o regime de aplicação da operação 8.1.4 «**Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos**», ambas inseridas na ação 8.1 «Silvicultura Sustentável» da Medida 8 «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do **Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020)**. Prevê, no âmbito da recuperação de áreas ardidas, o apoio às seguintes tipologias de intervenção: - Reflorestação de áreas afetadas e recuperação de infraestruturas danificadas (nível das explorações florestais); - Recuperação das infraestruturas danificadas, controlo da erosão, tratamento e proteção das encostas, prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água e diminuição da perda de biodiversidade (nível de escala territorial relevante).
Decreto-Lei n.º 44/2020, de 22 de julho	Regime jurídico do **programa de sapadores florestais**. Acrescenta uma nova alínea ao art.º 3.º relativa às funções dos sapadores em matéria de estabilização de emergência [após incêndio], incluindo controlo de erosão, desobstrução da rede viária e das linhas de água.
Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro	Homologa a estrutura tipo da **Ficha de Identificação de Necessidades de Intervenção de Estabilização de Emergência Pós-Incêndio**, regulamentando o n.º 3 do art.º 36.º do Decreto-Lei n.º 124/2006.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2018, de 1 de março	Aprova a **Diretiva Única de Prevenção e Combate**, na qual se inclui a componente de recuperação das áreas ardidas. Atribui ao ICNF a definição das melhores medidas de recuperação pós-incêndio, a detalhar em diretiva própria. À AGIF devem ser comunicadas as ações realizadas, cabendo-lhe ainda o apuramento das perdas decorrentes dos incêndios.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2019, de 21 de janeiro	Aprova a **missão do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais** (SGIFR). Define como um dos elos da "cadeia de valor dos incêndios florestais" o designado "**Pós-evento**", que inclui "a reabilitação, operacionalizada pelo ICNF, nas áreas públicas sob sua gestão, pelos municípios e pelas pessoas singulares ou coletivas de natureza privada detentoras de espaços florestais e ainda pelas organizações de produtores florestais, pelas entidades gestoras de zonas de intervenção florestal e pelas entidades gestoras de baldios, e as lições aprendidas e melhoria contínua, responsabilidade de todas as entidades e confiada à coordenação da AGIF, em colaboração com todas as entidades do SGIFR".
Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março **Decreto-Lei n.º 46/2021, de 11 de junho**	**Nova orgânica do ICNF**, organismo da administração pública investido nas funções de autoridade florestal nacional e de autoridade nacional para a conservação da natureza. Através dos seus Estatutos e organização interna (dados pelas Portarias n.os 166/2019, de 29 de maio, e 136/2021, de 30 de junho, e pela Deliberação n.º 789/2019, de 17 de julho, está no âmbito de várias unidades orgânicas "avaliar, planear e promover a implementação dos planos de recuperação de gestão de áreas ardidas, considerando ações de reabilitação resultantes dos danos causados nos ecossistemas, incluindo a identificação da necessidade de ações de estabilização de emergência" e "Executar ações de estabilização de emergência e recuperação de áreas ardidas".
Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho	Aprova o **Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais**, o qual atribui ao ICNF a competência de definição das intervenções de estabilização e recuperação.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho	Aprova o **Programa Nacional de Ação (PNA) do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais**, o qual possui diversos projetos que incluem medidas, metas, etc., associados à recuperação de áreas ardidas. Neste âmbito salientam-se as disposições do Projeto "Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais" – 2.1.1.3 preconizando (entre outros): - A elaboração de norma técnica de intervenção; - A elaboração de relatórios e fichas de intervenção na estabilização de emergência; - A elaboração de normas jurídicas específicas; - Criação de unidade especializada no ICNF; - A intervenção em todas as áreas ardidas maiores que 500 ha; - 450 000 ha recuperados até 2030.